

ONGs cobram defesa da mata atlântica

Ibama teria de recorrer de decisão judicial que ameaça espécies como a araucária

MAURA CAMPANILI

Venceu na semana passada o prazo para que o Ibama recorresse da liminar que suspendeu autorizações para exploração econômica de espécies da mata atlântica ameaçadas de extinção. Concedida em 15 de janeiro pela Justiça Federal de Santa Catarina, em ação civil pública movida pelo Instituto Socioambiental (ISA), a medida atingiu principalmente os planos de manejo de araucária, espécie que, apesar de reduzida a 2% de cobertura original e incluída pelo próprio Ibama na lista de espécies em extinção (portaria Ibama 32N/92), continua a ter seu corte autorizado.

Como o Ibama não recorreu da decisão nem definiu sua posi-

ção sobre o tema, representantes da rede de ONGs da mata atlântica enviaram ontem solicitação ao instituto para que determine a todas as suas representações nos Estados que abrigam o bioma mata atlântica que suspendam a emissão de novas autorizações de manejo de espécies ameaçadas de extinção. Políticos de Santa Catarina, no entanto, deverão se reunir hoje com o presidente do Ibama, Hamilton Casara, para solicitar justamente o contrário.

A urgência do tema, na opinião de André Lima, assessor jurídico do ISA, deve-se a projeções do próprio governo, de elevar em 71,3% as exportações do setor de madeira e móveis até 2004. "A araucária está entre as espécies procuradas pelo setor moveleiro, o que significa

uma pressão muito grande para aprovação de novos planos de manejo", acredita.

Informalidade – Segundo levantamento realizado pelo Grupo Pau Campeche, entidade ambientalista de Santa Catarina, o Ibama autorizou somente nesse Estado, entre 1997 e 1999, 86 planos de manejo e 63 requisições de corte seletivo da espécie, totalizando 233.402 metros cúbicos de madeira, ou quase 60 mil pinheiros corta-

dos, em três anos.

"Na prática, esse valor corresponde a apenas um terço do desmatamento, pois o setor é marcado pela informalidade", diz João de Deus Pinheiro, botânico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), responsável pelo levantamento.

Por não haver fiscalização, corta-se mais que o autorizado.

Calcula-se que, dos anos 30 a hoje, cerca de 100 milhões de araucárias foram derrubadas.

Trabalho da UFSC, comparando os remanescentes primários de mata de araucária com as áreas exploradas, mostrou perda de mais de 50% na variabilidade genética dessas últimas. "Se o Ibama continuar autorizando o corte de araucárias, o processo de erosão genética será irreversível. Podemos dizer que a araucária está a meio caminho da extinção."

Ação civil do ISA pede ainda que o Ibama seja obrigado a converter em projetos de reflorestamento o valor correspondente ao total de madeira proveniente de espécies ameaçadas de extinção exploradas sob sua autorização, desde a vigência da lista oficial (abril de 1992). Além da araucária, inclui outras espécies da mata atlântica, como imbuia e canela-preta. (Agência Estado)

PRESIDENTE
DO IBAMA
RECEBE
POLÍTICOS

INSTITUTO	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
FONTE	OEZY
DATA	13/04/2001 Pg. A13
CLASS.	07